

2. Ficam ainda sujeitos ao sigilo profissional de todos os dados obtidos no exercício da sua função, todos os trabalhadores da GesLoures, E.M..

Artigo 35.º
(Âmbito de Aplicação)

O disposto nos presentes Estatutos aplica-se ao presente mandato.

Artigo 36.º
(Relações Institucionais)

A GesLoures, E.M. pode fazer parte de associações ou organismos nacionais ou internacionais, podendo desempenhar neles cargos para que seja eleita ou designada.

Artigo 37.º
(Norma Revogatória)

São revogados os anteriores Estatutos.

(Aprovada por maioria)

LOURES PARQUE
Empresa Municipal de Estacionamento, E.M.

Proposta de aprovação de alteração aos Estatutos da Loures Parque – Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., por adequação ao Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local.

PROPOSTA n.º 52/2013

[Aprovada na 3.ª Reunião Ordinária
de Câmara Municipal,
realizada em 7 de fevereiro de 2013]

Considerando que:

- A Loures Parque Empresa Municipal de Estacionamento, E.M. (Loures Parque, E.M.) foi criada ao abrigo da Lei n.º 59/98, de 18 de agosto;
- Os estatutos da Loures Parque, E.M. foram publicados no DR. N.º 67, de 20/3/1999;
- A Loures Parque, E.M. adotou os seus estatutos ao abrigo da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro e nos termos da lei comercial;

- A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto no seu artigo 70.º n.º 1 obriga as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior, nas quais as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante, a adequar os seus estatutos em conformidade com a referida lei, no prazo de seis meses após entrada em vigor.

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara delibere, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do número 6 do Artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que seja remetida à Assembleia Municipal para deliberação o pedido da Loures Parque, E.M. de aprovação do projeto de adequação dos estatutos ao regime jurídico da atividade empresarial local.

Loures, 2013 janeiro 15

O Presidente da Câmara

(a) Carlos Teixeira

**Projeto de adequação dos estatutos
da Loures Parque, E.M.**

Preâmbulo

Considerando que:

A Loures Parque Empresa Municipal de Estacionamento E.M. foi criada ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto.

Os seus estatutos foram publicados no DR 67 de 20/3/1999, com as alterações introduzidas posteriormente e publicadas no DR 213 de 14/9/2000, DR 183 de 5/8/2004, DR 180 de 6/8/2003, DR 149 de 4/8/2005 e site oficial do IRN em 2008 após aprovação da Assembleia Municipal de 3 de dezembro de 2008.

A Loures Parque EM adaptou os seus estatutos ao abrigo da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro e nos termos da lei comercial.

A Loures Parque E.M. é pessoa coletiva de direito privado com o NIPC 505072947.

Que não se tratando de criação da empresa mas apenas de adequação dos seus estatutos à Lei n.º 50/12, de 31 de agosto, não carecendo de estudos técnicos sobre a viabilidade económica.

A Lei n.º 50/12, de 31 de agosto, no seu artigo 70.º n.º 1 obriga as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior, nas quais as entidades públicas participantes exerçam uma influência dominante, ficam obrigadas a adequar os seus estatutos em conformidade com a referida lei, no prazo de seis meses após a entrada em vigor.

A Câmara Municipal de Loures detém a 100% o capital da Loures Parque E.M..

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei n.º 50/12, de 31 de agosto, fazem-se as devidas adequações legais aos estatutos da Loures Parque Empresa Municipal de Estacionamento E.M., republicando-se os estatutos na íntegra.

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Disposições Essenciais

ARTIGO 1.º

Denominação e Natureza

- 1- A Loures Parque, Empresa Municipal de Estacionamento E.M. Unipessoal Lda., é uma empresa constituída nos termos da lei comercial, sob a forma de sociedade unipessoal por quotas, doravante designada por Loures Parque E.M..
- 2- A Loures Parque E.M. é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, de responsabilidade limitada e poderá usar a designação abreviada de Loures Parque E.M..
- 3- A Loures Parque E.M., foi criada nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e ora adaptada nos seus estatutos ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

ARTIGO 2.º **Regime Jurídico e Duração**

- 1- A Loures Parque E.M. rege-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.
- 2- A Loures Parque E.M. durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 3.º **Sede**

- 1- A Loures Parque E.M. tem a sua sede na Avenida Dr. António Carvalho Figueiredo, n.º 28-A, 2670-405 Loures.
- 2- Por deliberação do Conselho de Administração pode a empresa estabelecer ou encerrar qualquer tipo de representação, delegação ou agência em qualquer local do concelho, bem como alterar a sua sede, com vista à prossecução do seu objeto.

ARTIGO 4.º **Objeto social**

- 1- A Loures Parque E.M. tem por objeto a atividade de interesse geral constituída pela promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, que por deliberação da Câmara Municipal lhe seja conferido.
- 2- O objeto social aludido no número anterior, no âmbito da gestão de atividade de interesse geral, inclui a construção, gestão, exploração, manutenção e fiscalização de parques e zonas de estacionamento do Concelho de Loures.
- 3- Para prossecução do seu objeto, é conferida à Loures Parque, E.M., competência para, mediante prévia autorização da Câmara, explorar e manter no domínio público parques e zonas de estacionamento de duração limitada, cuja utilização deverá ser regulamentada por normativos a aprovar pela Câmara Municipal de Loures.
- 4- A Loures Parque E.M. poderá estabelecer protocolos com entidades privadas para exploração de parques e zonas de estacionamento privados, desde que a gestão seja assegurada pela Loures Parque E.M..

- 5- As obras promovidas pela Loures Parque E.M. não carecem de licença, devendo, no entanto, o respetivo projeto ser aprovado pela Câmara Municipal.

ARTIGO 5.º **Capital Social**

O capital social da Loures Parque E.M. é de € 798.076,64 (setecentos e noventa e oito mil e setenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos) integralmente realizado e totalmente detido pela Câmara Municipal de Loures.

ARTIGO 6.º **Forma de Obrigar**

A Empresa obriga-se:

- a) Pela assinatura do presidente do Conselho de Administração ou por quem estatutariamente o substituir;
- b) Pela assinatura de procurador, no âmbito dos poderes nele delegados pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 7.º **Logótipo**

A Loures Parque EM, adota como símbolo de identificação o logótipo que se reproduz com a imagem:



CAPÍTULO II

Dos Órgãos da Sociedade

Assembleia-geral, Administração, Fiscalização

Secção I

ARTIGO 8.º **Órgãos sociais**

- 1- São órgãos da Loures Parque E.M.:
 - a) Assembleia-Geral

- b) Conselho de Administração

- c) Fiscal Único

ARTIGO 9.º **Substituição dos Membros dos Órgãos Sociais**

- 1- Os membros dos órgãos sociais, cujo mandato terminar antes de decorrido o período para o qual foram designados, por morte, impossibilidade, renúncia, destituição ou perda de direitos ou de funções indispensáveis à representação que exercem, serão substituídos no prazo de trinta dias.
- 2- Em caso de impossibilidade temporária, física ou legal, para o exercício das respetivas funções, os membros impedidos podem ser substituídos enquanto durar o impedimento, desde que este seja superior a trinta dias.
- 3- Nos casos de substituição definitiva ou temporária, o substituto é designado pela mesma forma que tiver sido designado o substituído e cessa funções no período que aquele cessava, exceto na substituição temporária, que cessa quando o substituído regressar ao exercício das funções.

ARTIGO 10.º **Do Mandato**

O mandato dos membros dos órgãos sociais é de quatro anos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição.

SECÇÃO II

Assembleia-Geral

ARTIGO 11.º **Composição e competência**

- 1- A Assembleia-Geral é constituída por um representante do Município de Loures, nomeado pela Câmara Municipal.
- 2- Compete à Assembleia-geral:
 - a) Eleger os membros do Conselho de Administração, designando o seu presidente;

- b) Estabelecer o montante compensatório de despesas dos membros do Conselho de Administração que não exerçam funções remuneradas, por cada reunião do Conselho de Administração em que participem;
- c) Estabelecer a remuneração anual do Fiscal Único;
- d) Apreçar e votar os documentos de gestão provisional;
- e) Apreçar e votar os documentos de prestação de contas.

ARTIGO 12.º
Mesa da Assembleia-Geral

- 1- A mesa da assembleia-geral é composta por dois elementos, sendo um Presidente, e um secretário, nomeados pela Câmara Municipal.
- 2- Compete ao Presidente da mesa da assembleia-geral dirigir as reuniões desta.
- 3- Compete ao secretário elaborar as respetivas atas das reuniões.
- 4- O mandato dos membros da assembleia-geral coincide com o mandato do Conselho de Administração.

ARTIGO 13.º
Funcionamento da assembleia-geral

A assembleia-geral considera-se constituída quando estiver presente o representante do Município.

SECÇÃO III
Conselho de Administração

ARTIGO 14.º
Composição e Regime

- 1- O Conselho de Administração é o órgão de gestão da empresa, sendo constituído por um presidente e dois vogais.
- 2- As funções executivas são desempenhadas pelo presidente do Conselho de Administração.
- 3- Os membros do Conselho de Administração estão dispensados de prestar caução.

ARTIGO 15.º
Competência do Conselho de Administração

- 1- O Conselho de Administração assegura a gestão e o desenvolvimento da empresa, nos termos da lei e dos presentes estatutos.
- 2- Compete, nomeadamente, ao Conselho de Administração, sem prejuízo dos poderes municipais:
 - a) Gerir a empresa municipal, praticando todos os atos e operações relativos ao objeto social;
 - b) Administrar o património da empresa municipal, designadamente amortizar e reintegrar bens, reavaliar o ativo imobilizado e constituir provisões;
 - c) Adquirir, alienar e onerar direitos ou bens móveis e imóveis;
 - d) Estabelecer a organização técnico-administrativa da empresa e as normas do seu funcionamento interno, designadamente em matéria de pessoal e da sua remuneração e demais regalia;
 - e) Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes, incluindo os de substabelecer;
 - f) Elaborar os instrumentos de gestão provisional, relatórios de gestão, relatório e contas de exercício e demais documentos inerentes à gestão;
 - g) Praticar os demais atos que lhe caibam nos termos da lei, dos presentes estatutos, dos regulamentos da empresa ou derivem de deliberação da Câmara Municipal;
 - h) Exercer as competências delegadas do serviço público de estacionamento;
 - i) Exercer as demais competências previstas na lei.
- 3- O Conselho de Administração pode delegar alguma das suas competências em qualquer dos seus membros ou em titulares de cargos dirigentes da empresa, definindo em ata os limites e condições do seu exercício.

ARTIGO 16.º
Reuniões e Deliberações

- 1- O Conselho de Administração fixará a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que seja convocado pelo presidente.
- 2- As reuniões ordinárias deverão decorrer pelo menos uma vez por mês.
- 3- As deliberações são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.
- 4- As atas são lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros do Conselho presentes.
- 5- O Conselho de Administração não poderá funcionar sem a presença da maioria dos seus membros ou do seu Presidente.

ARTIGO 17.º
Competência
do Presidente do Conselho de Administração

- 1- Compete ao Presidente do Conselho de Administração:
 - a) Representar a empresa em juízo e fora dele;
 - b) Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração;
 - c) Coordenar a atividade do órgão;
 - d) Assegurar a correta execução das deliberações;
 - e) Assegurar as relações da empresa com o Município e representar a empresa junto do mesmo;
 - f) Convocar a assembleia-geral;
 - g) Delegar ou subdelegar competências no pessoal dirigente;
 - h) Autorizar o pagamento de despesas realizadas;
 - i) Assinar ou visar toda a correspondência que tenha como destinatários entidades externas;
 - j) Gerir os recursos humanos;
 - l) Intentar ações judiciais e defender-se nelas, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros;

- m) Praticar os atos necessários à administração corrente do património da empresa e à sua conservação.
- 2- Compete ainda ao Presidente do Conselho de Administração exercer outras competências atribuídas por lei e pelos presentes estatutos ou delegadas por deliberação do Conselho de Administração.
- 3- Os Vogais desempenham as funções que especialmente lhes sejam cometidas pelo presidente do Conselho de Administração.

Secção IV

Fiscalização

ARTIGO 18.º
Fiscal Único – Competência

Sem prejuízo das competências que lhe são atribuídas por lei, compete, em especial, ao Fiscal Único:

- a) Fiscalizar a ação do Conselho de Administração;
- b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- c) Participar aos órgãos competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa;
- d) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito e ou a outro título;
- e) Remeter semestralmente à Câmara Municipal de Loures informação sobre a situação económica e financeira da empresa;
- f) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação do Conselho de Administração;
- g) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão provisional, bem como sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício;
- h) Emitir parecer sobre o valor de eventuais indemnizações compensatórias a receber pela empresa;
- i) Emitir a certificação legal das contas.

Secção V

CAPÍTULO III

Da Função Acionista

ARTIGO 19.º

Intervenção da Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Loures, sem prejuízo de outros legalmente admissíveis, exerce os seguintes direitos societários:

- 1- Aprovar e determinar:
 - a) As orientações estratégicas da empresa;
 - b) As alterações estatutárias;
 - c) A celebração de empréstimos de médio e longo prazo;
 - d) A realização de auditorias e averiguações ao funcionamento da empresa;
 - e) Recomendações que considerar convenientes;
 - f) O regulamento geral de zonas de estacionamento de duração limitada e respetivos regulamentos específicos da via pública à superfície, sob proposta do Conselho de Administração;
 - g) Os regulamentos específicos dos parques de estacionamento à superfície ou subterrâneos, sob proposta do Conselho de Administração;
 - h) Os preços, tarifas ou taxas sobre o estacionamento das zonas e parques de estacionamento, sem prejuízo das estipuladas legalmente;
 - i) Os contratos de gestão e programa.
- 2- Acompanha e controla os seguintes documentos:
 - a) Os planos de atividades anuais e plurianuais;
 - b) Orçamentos anuais;
 - c) Planos de investimento anuais e plurianuais;
 - d) Documentos anuais de prestação de contas;
 - e) Relatório semestral de atividade;
 - f) Relatórios trimestrais de execução orçamental.

ARTIGO 20.º **Contrato de gestão**

- 1- As orientações estratégicas devem refletir-se no contrato de gestão a celebrar com o Conselho de Administração, bem como a eficácia e eficiência que se pretende atingir, tendo em consideração os objetivos gerais.
- 2- O contrato de gestão é celebrado com referência ao período de duração do mandato da administração, podendo ser objeto de revisão anualmente.

CAPÍTULO IV

Do Património

ARTIGO 21.º **Autonomia e Capacidade**

A Loures Parque E.M. goza de autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, tem personalidade e capacidade jurídica.

ARTIGO 22.º **Património**

- 1- O património da empresa é constituído pelos bens e direitos recebidos ou adquiridos para ou no exercício da sua atividade.
- 2- A empresa pode dispor dos bens que integram o seu património nos termos da lei e dos presentes estatutos.

ARTIGO 23.º **Receitas**

Constituem receitas da empresa:

- a) As provenientes da sua atividade;
- b) O rendimento de bens próprios;
- c) As participações, dotações e subsídios que lhe sejam destinados;
- d) O produto da alienação ou oneração de bens próprios;
- e) As doações, heranças e legados;
- f) O produto da comutação de empréstimos a curto, médio e longo prazos, bem como da emissão de obrigações;

- g) Quaisquer outras que por lei ou contrato venha a perceber.

ARTIGO 24.º **Resultado Líquido e Reservas**

- 1- Só podem ser distribuídos resultados líquidos de exercício que não sejam necessários para cobrir prejuízos transitados e para constituição de reservas.
- 2- A Loures Parque E.M. deve constituir as seguintes reservas:
 - a) Reserva legal no valor anual de 20% do resultado líquido de exercício, deduzido da quantia necessária para cobrir prejuízos transitados;
 - b) Reserva para investimento no valor anual de pelo menos 5% do resultado de exercício, deduzido da quantia necessária para cobrir prejuízos transitados.
- 3- As reservas de investimento em parte ou totalmente, podem ser distribuídas à Câmara Municipal de Loures, nos anos subsequentes à sua constituição, se não forem utilizadas, sob proposta do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V

Da Gestão

ARTIGO 25.º **Princípios de Gestão**

- 1- A gestão da Loures Parque E.M. deve articular-se com os objetivos prosseguidos com o Município e respetivos serviços, visando a satisfação das necessidades de interesse geral, assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro.
- 2- Atento o quadro das orientações estratégicas definidas pela Câmara Municipal, os titulares do órgão de administração gozam de autonomia na definição dos métodos, modelos e práticas de gestão aplicáveis ao desenvolvimento da atividade.

ARTIGO 26.º **Administração Financeira**

As contas bancárias da titularidade da empresa serão movimentadas pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, sendo obrigatória a assinatura do presidente, exceto se houver delegação de poderes para o efeito num dos administradores.

ARTIGO 27.º **Instrumentos de Gestão Provisional**

- 1- A gestão económica da empresa é disciplinada pelos seguintes documentos de gestão provisional:
 - a) Planos de atividades anuais e plurianuais;
 - b) Planos de investimento anuais e plurianuais;
 - c) Orçamento anual de exploração, desdobrado em orçamento de proveitos e orçamento de custos;
 - d) Orçamento anual;
 - e) Balanço provisional.
- 2- Os documentos de gestão provisional deverão ser remetidos à Câmara Municipal.

ARTIGO 28.º **Amortizações, Reintegrações e Reavaliações**

A amortização, a reintegração de bens e a reavaliação do ativo imobilizado, bem como a constituição de provisões, serão efetivadas pelo respetivo Conselho de Administração.

ARTIGO 29.º **Contabilidade**

A contabilidade da empresa respeitará o Sistema de Normalização Contabilística e deverá responder às necessidades de gestão empresarial e permitir um controlo orçamental permanente.

ARTIGO 30.º **Documentos de Prestação de Contas**

- 1- O exercício social corresponde ao ano civil.

2- Os documentos de prestação de contas são os seguintes:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados;
- c) Anexo ao balanço e demonstração dos resultados;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;
- e) Demonstração das alterações do capital próprio;
- f) Relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação de resultados;
- g) Parecer do revisor oficial de contas.

3- Os instrumentos de prestação de contas anuais devem ser apresentados para apreciação e deliberação até 31 de março do ano subsequente ao de exercício a que respeitam.

ARTIGO 31.º **Dever de informação**

A Loures Parque E.M. deverá prestar à Câmara Municipal informação elucidativa sobre a gestão da empresa, nomeadamente através de:

- a) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- b) Relatórios semestrais de gestão da evolução da situação económico-financeira;
- c) Documentos de gestão previsionais, após apreciação e votação na assembleia-geral;
- d) Documentos anuais de prestação de contas, após apreciação e votação em assembleia-geral;
- e) Outras informações achadas por relevantes.

CAPÍTULO VI

Do Pessoal

ARTIGO 32.º **Regime Jurídico, Fiscal** **e de Segurança Social do Pessoal**

O estatuto laboral dos trabalhadores da Loures Parque E.M. é disciplinado pelas normas de direito de trabalho e o da previdência pelo regime geral de segurança social e, subsidiariamente, pelo disposto nos regulamentos internos da empresa.

CAPÍTULO VII

Da Delegação de Poderes

ARTIGO 33.º **Delegação de Poderes** **e Prerrogativas de Autoridade**

- 1- Nos termos do artigo 27.º do regime jurídico da atividade empresarial local e atento o disposto no artigo 5.º n.º 3 al. c) do DL 44/05, de 23 de fevereiro, são delegados a título permanente na Loures Parque E.M. os poderes de fiscalização do estacionamento público urbano, nas zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento, bem como em todos os arruamentos integrados nos respetivos regulamentos específicos, como forma complementar de prosseguir a sua atividade principal do seu objeto social.
- 2- São ainda delegados:
 - a) O poder de administração dos bens do domínio público ou privado do Município que sejam afetos ao exercício da sua atividade;
 - b) Todos os demais poderes administrativos e de autoridade pública, previstos na lei, necessários à prossecução do objeto previsto no artigo 4.º dos estatutos, incluindo os de fiscalização do cumprimento das disposições do código da estrada e legislação complementar, nos parques e zonas de estacionamento de duração limitada.
- 3- O pessoal que, por deliberação do Conselho de Administração, for para tal designado deterá, nos termos da lei, as competências e prerrogativas de autoridade pública destinadas:

- a) À defesa do património da Loures Parque, E.M. ou a ela afeto;
 - b) À fiscalização do cumprimento, bem como à garantia da efetiva aplicação das normas legais, regulamentos e posturas em matéria de ordenamento do estacionamento de veículos automóveis em estruturas e locais públicos ou privados sob a sua gestão direta ou indireta, para o que dispõe dos mais amplos poderes administrativos e de autoridade pública.
- 4- O exercício dos poderes e prerrogativas de autoridade delegados na Loures Parque E.M. seja exercido pelo Conselho de Administração e pelo pessoal de fiscalização considerado equiparado a agente de autoridade administrativa nos termos do Decreto-Lei 327/98, de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 99/99, de 26 de julho, sem prejuízo de regulamento próprio para o efeitos a elaborar pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

ARTIGO 34.º

Transmissão de Bens e Outros Valores

- 1- Para a prossecução do objeto da Loures Parque E.M. o Município de Loures transferirá para a empresa os bens municipais existentes nas áreas de cuja exploração em termos de estacionamento for por ele encarregada e que sejam considerados necessários à mesma.
- 2- A extinção da Loures Parque E.M. implicará a reversão para a Câmara Municipal de Loures de todos os seus direitos e obrigações.

ARTIGO 35.º

Dever de Sigilo

- 1- Os membros do Conselho de Administração ficam obrigados ao sigilo de todos os dados a que tiveram acesso no âmbito das suas funções
- 2- Ficam ainda sujeitos ao sigilo profissional de todos os dados obtidos no exercício da sua função todos os trabalhadores da Loures Parque E.M..

ARTIGO 36.º **Âmbito de Aplicação**

O disposto nos presentes estatutos aplica-se ao presente mandato.

ARTIGO 37.º **Relações Institucionais**

A Loures Parque E.M. pode fazer parte de associações ou organismos nacionais ou internacionais, podendo desempenhar neles cargos para que seja eleita ou designada.

ARTIGO 38.º **Norma Revogatória**

São revogados os anteriores Estatutos.

(Aprovada por maioria)

REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL

Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Instaladora da freguesia de Parque das Nações.

Pelo Grupo de Representantes da Coligação Democrática Unitária foi apresentada a seguinte Proposta de Deliberação:

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Proposta de deliberação apresentada pelo Grupo de Representantes da Coligação Democrática Unitária

Instalação da Freguesia do Parque das Nações

Considerando que:

A generalidade dos órgãos autárquicos do concelho de Loures rejeitou desde 2004 a criação da Freguesia do Parque das Nações com território pertencente ao Concelho de Loures;

Estas deliberações sempre tiveram em consideração os interesses da população residente na área em que se pretendia instituir a nova freguesia, mas não perdendo de vista os interesses e o futuro das freguesias de Moscavide e Sacavém, que vêm assim a parte mais nobre dos seus territórios separada do restante território do concelho de Loures, com as consequências

desvantagens de rutura da continuidade de planeamento e gestão estratégica do território do concelho;

A criação da Freguesia do Parque das Nações teve na sua génese diversas ilegalidades, as quais violaram o direito de expressão das populações envolvidas e dos respetivos órgãos autárquicos eleitos democraticamente e da própria Constituição da República, num processo que envolveu a devolução do projeto ao Parlamento pelo Presidente da República e a sua posterior retificação, sem que tenham sido tidas em conta as deliberações e pareceres dos órgãos autárquicos de Loures;

Que a Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, veio instituir os mecanismos de instalação da nova freguesia, conforme definido no seu Art.º 10.º, o qual cria a Comissão Instaladora, em que é parte a Assembleia Municipal de Loures, a qual é agora chamada a eleger um seu representante.

A Assembleia Municipal de Loures, reunida no dia 27 de fevereiro de 2013, considera que:

A forma como a sua deliberação foi menosprezada e que a presença de um seu representante na Comissão Instaladora da Freguesia do Parque das Nações não faria reverter a ofensa;

Que a sua presença na Comissão Instaladora em nada contribuiria para a recuperação de território e património ilegalmente retirados ao concelho de Loures nas freguesias de Sacavém e de Moscavide, delibera não eleger o seu representante nos termos do Art.º 10.º da referida Lei da Reorganização Administrativa de Lisboa.

O Grupo de Eleitos da CDU
na Assembleia Municipal de Loures

Loures, 27 de fevereiro de 2013

(Rejeitada por maioria)

Pelo Grupo de Representantes do Partido Socialista foi proposta a indigitação de Tiago Pereira da Silva Abade.

Pelo Representante do Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular foi efetuada uma autoproposta de indigitação.

(Eleito, por maioria obtida mediante escrutínio secreto, o Representante Municipal Tiago Pereira da Silva Abade)

GESTÃO MUNICIPAL

(Por consenso entre os Representantes, este ponto da Ordem de Trabalhos virá a ser abordado em próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal)